



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS
Curso de Bacharelado em Direito

ILANA BASTOS DALTRO DE MIRANDA

**O DIREITO AO ESQUECIMENTO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA: OBJETIVIDADE X SUBJETIVIDADE DOS CRITÉRIOS
DE APLICAÇÃO**

BRASÍLIA

2021

ILANA BASTOS DALTRO DE MIRANDA

**O DIREITO AO ESQUECIMENTO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA: OBJETIVIDADE X SUBJETIVIDADE DOS CRITÉRIOS
DE APLICAÇÃO**

Artigo científico apresentado como requisito
para obtenção do título de Bacharel em Direito
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais –
FAJS do centro Universitário de Brasília
(UniCEUB).

Orientador: Prof. Me. Ricardo Victor Ferreira
Bastos

BRASÍLIA

2021

ILANA BASTOS DALTRO DE MIRANDA

**O DIREITO AO ESQUECIMENTO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA: OBJETIVIDADE X SUBJETIVIDADE DOS CRITÉRIOS
DE APLICAÇÃO**

Artigo científico apresentado como requisito
para obtenção do título de Bacharel em Direito
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais –
FAJS do centro Universitário de Brasília
(UniCEUB).

Orientador: Prof. Me. Ricardo Victor Ferreira
Bastos

BRASÍLIA, 12 DE ABRIL DE 2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Ricardo Victor Ferreira Bastos
Orientador

Professor (a) Avaliador (a)

O DIREITO AO ESQUECIMENTO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: OBJETIVIDADE X SUBJETIVIDADE DOS CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO

Ilana Bastos Daltro de Miranda

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso pretende demonstrar a subjetividade da aplicação do direito ao esquecimento na área cível e a objetividade da aplicação do direito ao esquecimento na área penal, a partir da análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Primeiramente, o direito ao esquecimento foi conceituado. Após, realizou-se um breve resumo sobre a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça com relação à aplicação do direito ao esquecimento nas áreas cível e penal, demonstrando a objetividade da aplicação deste direito na seara penal e a sua subjetividade na área cível. Por fim, conclui-se pela inaplicabilidade do direito ao esquecimento tanto na área cível, como na área penal, pois não se pode limitar um direito fundamental por meio de um instituto sem qualquer base legal e absolutamente abrangente.

Palavras-chave: Direito ao Esquecimento. Superior Tribunal de Justiça. Aplicação Penal. Aplicação Cível. Objetividade. Subjetividade.

Sumário: Introdução. 1 - Direito ao Esquecimento e os Direitos Fundamentais. 2 - Jurisprudência da Área Penal do Superior Tribunal de Justiça. 2.1 - Maus Antecedentes. 2.2 - Progressão de Regime. 2.3 - Extinção da Punibilidade. 2.4 - Anotações do Banco de Dados de Institutos de Identificação Criminal. 2.5 - Objetividade da Aplicação do Direito ao Esquecimento na Esfera Penal. 3 - Jurisprudência na Área Cível do Superior Tribunal de Justiça. 3.1 - A Subjetividade da Aplicação do Direito ao Esquecimento. Considerações Finais.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso pretende demonstrar a subjetividade da aplicação do direito ao esquecimento na área cível e a objetividade da aplicação do direito ao esquecimento na área penal, a partir da análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Preliminarmente, serão abordados o conceito de direito ao esquecimento em perspectiva e o choque entre os direitos fundamentais à liberdade de informação e à privacidade, causado pela incidência ou não do direito ao esquecimento em determinado caso. No corpo do trabalho, será realizado um resumo da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – STJ,

demonstrando a subjetividade da aplicação desse direito na área cível e a objetividade na área penal.

O método utilizado será a análise de jurisprudência, com a coleta de todas as decisões do Superior Tribunal de Justiça sobre a aplicação do direito ao esquecimento, de 1988, sua criação, até novembro de 2020. Foram encontrados 38 acórdãos a partir da pesquisa do termo “direito ao esquecimento”. Ressalte-se que ainda não há, nesta Corte, uma jurisprudência consolidada sobre o tema.

Também será eleita uma bibliografia básica, para um maior aprofundamento sobre o tema, na qual se encontrará a doutrina de Viviane Nóbrega Maldonado, especificamente sobre o direito ao esquecimento, Luis Roberto Barroso e Robert Alexy, no tocante à discussão sobre o conflito entre os direitos fundamentais à liberdade de informação e à privacidade. Ainda na bibliografia básica, serão escolhidos alguns artigos científicos sobre: i) a análise de casos paradigmáticos de aplicação do direito ao esquecimento; ii) o direito ao esquecimento e a sociedade moderna; iii) princípios e regras, a fim de aprofundar a discussão sobre os direitos fundamentais em questão; iv) a doutrina e a jurisprudência sobre o direito ao esquecimento; v) análise do direito ao esquecimento ante os direitos da personalidade.

1 O DIREITO AO ESQUECIMENTO E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

O mundo está inserido na Era Digital. Todos estão constantemente conectados em seus aparelhos eletrônicos, seja trabalhando, postando vídeos, divulgando notícias ou por mero prazer. Consoante Cassol, “a internet se transformou em um veículo de massa, constituindo uma revolução na comunicação interpessoal”.¹ Dessa forma, fez-se necessária alguma regulação neste mundo virtual.

Assim, o Direito Digital e, consequentemente, o Marco Civil da Internet, surgem com o intuito de regular, minimamente, algumas relações e situações provenientes do ambiente virtual, privilegiando-se, entretanto, a liberdade de expressão e o direito à informação.

Atualmente, um dos principais temas do Direito Digital abordados pela jurisprudência é o direito ao esquecimento.

O direito ao esquecimento, também conhecido como *the right to be forgotten*, baseia-se na possibilidade de remoção de determinado conteúdo verídico exposto na internet, sob o

¹ CASSOL, Luiza de Bairros. **O direito ao esquecimento na era da sociedade da informação**: reflexos oriundos do enunciado 531 da “vi jornada de direito civil brasileira”. 2015. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2015. p. 41.

entendimento de que o indivíduo não pode ser eternamente penalizado por algum fato pretérito que diga respeito à sua vida privada. Dessa forma, devido à incidência desse direito, um determinado fato não será mais acessível à coletividade, pois afeta, de algum modo, a intimidade ou a privacidade dos envolvidos.

Viviane Nóbrega definiu o Direito ao Esquecimento como “a possibilidade de alijar-se do conhecimento de terceiros uma específica informação que, muito embora seja verdadeira e que, preteritamente, fosse considerada relevante, não mais ostenta interesse público em razão do anacronismo”².

Já Bruno Miragem definiu o direito ao esquecimento como a possibilidade de “reconhecer à pessoa o direito de restringir o conhecimento público de informações passadas, cuja divulgação presente pode dar causa a prejuízos ou constrangimentos”³.

Para François Ost, o direito ao esquecimento é uma das múltiplas facetas do direito à vida privada. Para o autor, quando algum fato da vida privada de uma pessoa torna-se público, após determinado tempo, ela tem o direito de retornar ao anonimato, do qual, provavelmente, jamais gostaria de ter saído. Em sua obra, menciona que o tribunal de última instância de Paris afirmou que é ilegítima a lembrança forçada de acontecimentos passados não fundada em necessidades históricas ou ofensivas ao envolvido, devendo incidir o direito ao esquecimento, em benefício da coletividade⁴.

Do ponto de vista dos condenados por crimes que cumpriram integralmente as suas penas ou que foram absolvidos em processo criminal, o direito ao esquecimento pode ser considerado uma evolução cultural da sociedade, pois entre a memória e a esperança, opta-se pela segunda. Fez-se a opção pela esperança porque, ao se aplicar o direito ao esquecimento, a memória do ocorrido é deixada de lado para dar espaço à possibilidade de uma verdadeira regeneração humana, uma chance daquele condenado ou absolvido recomeçar a sua vida sem o peso do passado.

Nesse sentido, o Min. Luis Felipe Salomão, no julgamento do REsp 1334097/RJ, afirma: “é por essa ótica que o direito ao esquecimento revela sua maior nobreza, pois afirma-se, na verdade, como um direito à esperança, em absoluta sintonia com a presunção legal e constitucional de regenerabilidade da pessoa humana”⁵.

² MALDONADO, Viviane Nóbrega. **Direito ao Esquecimento**. 2017. p. 97.

³ MIRAGEM, Bruno. **Direito Civil: Responsabilidade Civil**. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 707.

⁴ OST, François. **O Tempo do direito**. Tradução Élcio Fernandes. Bauru, SP: Edusc, 2005. p. 160-161.

⁵ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4. Turma). **Recurso Extraordinário 1334097/RJ**. Recurso Especial. Direito Civil-Constitucional. Liberdade de Imprensa vs. Direitos da Personalidade. Litígio de Solução Transversal. Competência do Superior Tribunal de Justiça. Documentário Exibido em Rede Nacional. Linha Direta-Justiça. Sequência de homicídios conhecida como chacina da candelária. reportagem que reacende o tema

Através dos conceitos apresentados, percebe-se a problemática: ao se aplicar o direito ao esquecimento, há a sobreposição de um direito individual ao direito da coletividade, de modo que o direito à privacidade, à imagem e à intimidade prevalecem sobre o direito da sociedade de ter acesso à informação. Portanto, lida-se com o conflito entre dois direitos fundamentais: o direito de acesso à informação (liberdade de informação) e o direito à privacidade, elencados na Constituição Federal, art. 5º, X e XIV.

O direito de acesso à informação está previsto na Constituição Federal de 1988, art. 5º, XIV; na Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 19; no Pacto Internacional dos Direitos Políticos e Civis, artigo 19 e na Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/11), art. 3º. Esse direito possui duas faces: é o direito da coletividade de divulgar informações e opiniões; bem como o direito de buscar e acessar informações que sejam relevantes, sem qualquer interferência ou censura prévia do Estado.

Por outro lado, há o direito à privacidade, previsto no art. 5º, X, da Constituição Federal, que, de acordo com Celso Bastos⁶, pode ser definido como:

a faculdade que tem cada indivíduo de obstar a intromissão de estranhos na sua vida privada e familiar, assim como de impedir-lhes o acesso a informações sobre a privacidade de cada um, e também impedir que sejam divulgadas informações sobre esta área da manifestação existencial do ser humano.

Quando se lida com restrição a direitos fundamentais — no caso, o direito de acesso à informação e o direito à privacidade — Robert Alexy afirma que direitos fundamentais assemelham-se a princípios, por essa razão, em uma eventual colisão entre direitos, não se pode simplesmente sobrepor um ao outro. Deve haver uma ponderação entre os princípios e a restrição a eles aplicada deve ser proporcional. Além disso, de acordo com Alexy, para que a limitação a um direito fundamental seja considerada proporcional, deve-se obedecer a três aspectos: i) a adequação, ou seja, a decisão que restringiu o direito fundamental deve ser idônea; ii) a necessidade, ou seja, não pode haver outra medida menos restritiva e igualmente adequada,

treze anos depois do fato. veiculação inconstitucional de nome e imagem de indiciado nos crimes. absolvição posterior por negativa de autoria. Direito ao esquecimento dos condenados que cumpriram pena e dos absolvidos. Acolhimento. Decorrencia da proteção legal e constitucional da dignidade da pessoa humana e das limitações positivadas à atividade informativa. Presunção legal e constitucional de ressocialização da pessoa. Ponderação de valores. Precedentes de Direito Comparado. Recorrente: Globo Comunicações e Participações S/A. Recorrido: Jurandir Gomes de França. Relator: Min. Luis Felipe Salomão, 28 de maio de 2013, DJe 10 setembro de 2013.

⁶ BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 63.

logo, é a proibição do excesso; iii) a proporcionalidade em sentido estrito, que é a análise do caso concreto.

Carlos Alberto Bittar⁷ traz um exemplo sobre a ponderação proporcional entre o direito de acesso à informação e o direito à privacidade. Em suma, de acordo com Bittar, há a elasticidade do direito à privacidade de figuras públicas no exercício da atividade, em relação a fatos de interesse público, porque, nesse caso, entende-se que existe uma redução natural da privacidade. Por outro lado, no âmbito íntimo e familiar, a privacidade dessas figuras públicas deve ser respeitada, de modo que qualquer informação divulgada sobre seu âmbito familiar deve ser previamente autorizada. Assim, percebe-se que há proporcionalidade, pois o direito à privacidade é restringido quando no exercício da função e privilegiado com relação à fatos da vida íntima e familiar.

Por se tratar de restrição a direitos fundamentais, casos que demandam a aplicação do direito ao esquecimento não podem ser decididos apenas pela discricionariedade dos magistrados. Não há uma regra ou jurisprudência definida quanto à aplicação do direito ao esquecimento, pois o termo é recente em nosso ordenamento jurídico. No entanto, é notável, como será demonstrado abaixo, que perante o Superior Tribunal de Justiça, via de regra, as decisões na área penal que envolvem a aplicação do direito ao esquecimento são tomadas de forma mais objetiva, enquanto na área cível observa-se que as decisões são completamente subjetivas.

2 JURISPRUDÊNCIA DA ÁREA PENAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O Superior Tribunal de Justiça, na área penal, aplica o direito ao esquecimento, geralmente, de forma objetiva, a partir do critério temporal. Foram analisados 29 acórdãos, ou seja, todos os acórdãos proferidos pelo STJ em matéria penal que envolvam o direito ao esquecimento. Dentre estes 30 acórdãos, 22 tratam da valoração de maus antecedentes; 2 tratam sobre a progressão de regime; 3 sobre a extinção de punibilidade; 1 sobre a dosimetria da pena e 2 sobre a ocultação de dados.

⁷BITTAR, Carlos Alberto. **Os Direitos da Personalidade**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Forense Unitária, 2001.

2.1 MAUS ANTECEDENTES

Como é perceptível, mais de 70% dos casos tratam da valoração de maus antecedentes. A valoração de antecedentes está prevista no art. 59 do Código Penal⁸. Os antecedentes são uma das circunstâncias judiciais que devem ser avaliadas pelo juiz para fixação da pena base do condenado, sejam eles bons ou ruins.

Eles consistem em condutas passadas praticadas pelo imputado e que acarretam alguma repercussão jurídica. Maus antecedentes são condutas passadas reprováveis praticadas pelo imputado, como condenações criminais anteriores. Sabe-se que as condenações criminais passadas podem ser consideradas para efeitos de reincidência, de acordo com o art. 64, I, do Código Penal⁹. Entretanto, na punição de um novo delito, os efeitos da reincidência não prevalecem passados 5 anos da data do cumprimento ou extinção da pena da condenação anterior.

Portanto, a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que as condenações anteriores transitadas em julgado, após o prazo de 5 anos previsto no art. 64, inciso I, do CP, afastam os efeitos da reincidência, mas não impedem a configuração de maus antecedentes. Por isso, discute-se se antecedentes muito antigos devem ser levados em consideração na dosimetria da pena. Por exemplo, uma pessoa imputada por determinado crime cometeu outros crimes há 20 anos atrás, pelo nosso ordenamento jurídico, é possível que esses crimes sejam considerados maus antecedentes, porque demonstram uma maior afinidade do imputado para a realização de uma prática criminosa.

Nos casos estudados, o pedido de todos os requeintes é a aplicação do direito ao esquecimento aos registros de condenações anteriores que forem muito antigos, para que seja afastada a sua análise desfavorável na dosimetria da pena por um novo crime cometido. Dentre os 22 acórdãos, 14 aplicaram o direito ao esquecimento e 8 não aplicaram.

⁸ “Art. 59 - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime:

I - as penas aplicáveis dentre as cominadas

II - a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos

III - o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade;

IV - a substituição da pena privativa da liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível.”

⁹ “Art. 64 - Para efeito de reincidência:

I - não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos, computado o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer revogação;

II - não se consideram os crimes militares próprios e políticos.”

Na grande parte dos casos em que foi aplicado o direito ao esquecimento com relação às condenações anteriores, o lapso temporal transcorrido entre a condenação anterior e o novo delito era maior que 10 anos¹⁰, há casos em que se passaram 14 ou 20 anos.

Além disso, há exceções, por exemplo: (i) o AgRg no Habeas Corpus nº 400.180 - SC (2017/0115520-1), em que haviam transcorrido quase 10 anos; (ii) o AgRg no Agravo em Recurso Especial Nº 983.741 - RJ (2016/0243890-9), no qual, embora houvesse transcorrido 11 anos da condenação antiga, a turma entendeu pela não incidência do direito ao esquecimento e; (iii) o Habeas Corpus nº 256.210 - SP (2012/0211150-0), em que não se aplicou o direito ao esquecimento, porque, embora as condutas anteriores tenham ocorrido 14 anos antes da prática do novo delito, o agente possuía 13 condenações transitadas em julgado.

¹⁰BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Agravo Regimental no Habeas Corpus nº 503.912 - SP (2019/0103655-8)**. Agravo Regimental no Habeas Corpus. Furto simples. Pena-base. Antecedentes. Direito ao esquecimento. reincidência específica e confissão. Compensação. Possibilidade. Regime fechado. Motivação insuficiente. Agravo Regimental não provido. Agravante: Ministério Público Federal. Agravado: Antônio Luiz Batista. Relator: Min. Rogerio Schietti Cruz, 3 de setembro de 2019, DJe 9 de setembro de 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Habeas Corpus n. 256.210/SP**. Habeas Corpus - Furto Simples Tentado – *Writ* Substitutivo de Recurso Especial – Improriedade da via eleita - Dosimetria - Art. 59 do Código Penal - Pena-Base Três Vezes Acima Do Mínimo Legal - Desproporcionalidade – Treze condenações transitadas em julgado – Condutas Perpetradas Há 14 Anos Antes Da Prática Do Novo Delito – Direito ao esquecimento – Relativização – Princípio da insignificância – Não aplicação - Novo dimensionamento da pena - Prescrição - Reconhecimento - Habeas Corpus Não Conhecido - Ordem concedida de ofício. impetrante: Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Impetrado: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Relator: Min. Rogerio Schietti Cruz, 3 de dezembro de 2013, 13 de dezembro de 2013.

Idem. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.720.446 - PR (2018/0013695-9)**. Agravo Regimental No Recurso Especial. Furto. Antecedentes. Condenação definitiva antiga. Vetorial favorável. Teoria do esquecimento. Agravo Regimental não provido. Agravante: Ministério Público Federal. Agravado: Alexssandro Galindo. Relator: Min. Rogerio Schietti Cruz, 23 de abril de 2019, DJe 30 de abril de 2019.

Idem. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **AgRg no HABEAS CORPUS Nº 468.970 – SC (2018/0237453-8)**. Agravo Regimental Ministerial no Habeas Corpus. Tráfico de Entorpecentes. Dosimetria. Pena-base acima do mínimo legal. Quantidade não relevante. Valoração afastada. Antecedente muito antigo. Direito ao esquecimento. Duas restritivas De Direitos. Ausência De Fundamentação. Aplicada a opção mais benéfica. Regimental improvido. Agravante: Ministério Público Federal. Agravado: Elias Rudolf (Preso); Adriano Espindola de Souza; Janaina Aparecida Roepcke. Relator: Ministro Nefi Cordeiro, 28 de março de 2019, DJe 5 de abril de 2019.

Idem. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Recurso Especial nº 1.707.948 - RJ (2017/0282003-2)**. Recurso Especial. Ameaça no âmbito da Lei Maria da Penha. Pena exclusiva de multa. Impossibilidade. Art. 17 da Lei n. 11.340/2006. Anotação na FAC do recorrente com trânsito em julgado há mais de 20 anos. Direito ao esquecimento. Afastamento dos maus antecedentes. Recurso Especial provido em parte. Recorrente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Recorrido: L A DE A. Relator: Min. Rogerio Schietti Cruz, 10 de abril de 2018, DJe 16 de abril de 2018.

Idem. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Habeas Corpus 391.015 / MS (2017/0048107-5)**. Penal. Habeas Corpus. Tráfico de entorpecentes. Condenação. Dosimetria. Causa especial de diminuição de pena prevista no Art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06. Conclusão acerca da dedicação do paciente às atividades criminosas. Condenações anteriores atingidas pelo período depurador. Utilização como maus antecedentes. possibilidade. Longo decurso de tempo. Excepcionalidade. Afastamento da vetorial. feitos em curso. Propensão para o tráfico. Inocorrência. Ordem Concedida. Impetrante: Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul. Impetrado: Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Relatora: Min. Maria Thereza de Assis Moura, 16 de maio de 2017, DJe 24 de maio de 2017.

Nos casos em que houve a incidência do direito ao esquecimento sobre a valoração dos maus antecedentes, entendeu-se que não é possível a eternização da valoração negativa dos antecedentes, porquanto o nosso ordenamento jurídico veda penas perpétuas. A própria Constituição Federal, no art. 5º, XLVII, b, afasta a possibilidade de penas de caráter perpétuo, o que inviabiliza a consideração de antecedentes muito antigos, sem qualquer limitação temporal, e enseja a aplicação do direito ao esquecimento. Tanto é vedada a pena de caráter perpétuo que o próprio legislador estabeleceu um limite para a reincidência¹¹.

Foi mencionada, inclusive, a seguinte frase do Min. Gilmar Mendes no julgamento do HC n. 126.315/SP: “a possibilidade de sopesarem-se negativamente antecedentes criminais, sem qualquer limitação temporal *ad aeternum*, em verdade, é pena de caráter perpétuo mal revestida de legalidade”.

A ideia é que, se o transcurso do tempo impede que condenações anteriores configurem reincidência, esse mesmo fundamento — transcurso do tempo — deve ser considerado na análise dos maus antecedentes. Por essa razão, antecedentes muito antigos não devem ser considerados de forma negativa¹².

O direito ao esquecimento aqui é visto como uma das facetas do direito ao respeito à vida privada. Não se atribui a ninguém o direito de apagar fatos ou reescrever a própria história, mas apenas se assegura a possibilidade de discutir o uso que é dado aos fatos pretéritos, especificamente, o modo e a finalidade com que são lembrados, considerando cada caso concreto.

Em grande parte dos casos nos quais não foi aplicado o direito ao esquecimento o lapso temporal transcorrido entre o mau antecedente e o cometimento de novo delito foi muito pequeno¹³.

¹¹BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Recurso Especial nº 1.707.948 - RJ (2017/0282003-2)**. Recurso Especial. Ameaça no âmbito da Lei Maria da Penha. Pena exclusiva de multa. Impossibilidade. Art. 17 da Lei n. 11.340/2006. Anotação na FAC do recorrente com trânsito em julgado há mais de 20 anos. Direito ao esquecimento. Afastamento dos maus antecedentes. Recurso Especial provido em parte. Recorrente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Recorrido: L A DE A. Relator: Min. Rogerio Schietti Cruz, 10 de abril de 2018, DJe 16 de abril de 2018.

¹²Idem. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial Nº 1.463.495 - PR (2019/0069491-4)**. Penal. Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial. Condenações pretéritas alcançadas pelo período depurador do Art. 64, I, do Código Penal. Configuração de maus antecedentes. Possibilidade. Exceção no caso de longo período decorrido desde as condenações. Agravante: Ministério Público Federal. Agravado: Marcos Antonio Madureira da Silva. Relator: Min. Antonio Saldanha Palheiro, 06 de agosto de 2019, DJe 13 de agosto de 2019.

¹³Idem. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Agravo Regimental no Habeas Corpus Nº 546.838 - MG (2019/0348301-4)**. Agravo Regimental em Habeas Corpus. Roubo majorado. Dosimetria. Pena-base. Maus antecedentes. Ilegalidade não evidenciada. Direito ao esquecimento. Não aplicação. Decisão mantida. Agravo improvido. Agravante: Luiz Carlos de Oliveira (preso), Agravado: Ministério Público Federal. Relator: Min. Nefi Cordeiro, 12 de maio de 2020, DJe 18 de maio de 2020.

Por exemplo, no AgRg no Agravo em Recurso Especial nº 1.483.975 - SP (2019/0111843-1), não houve a aplicação do direito ao esquecimento, porque o lapso temporal entre a extinção de punibilidade do mau antecedente e o novo delito foi de menos de 7 anos. Esse prazo é suficiente para afastar a agravante de reincidência, mas não impede a avaliação negativa do antecedente. No AgRg nº 493.749 – MG, também se afastou a aplicação do direito ao esquecimento porque a condenação anterior ocorreu apenas há 5 anos e 1 mês do novo delito praticado.

No AgRg no Habeas Corpus nº 477.887 - SP (2018/0295694-3), transcorreram apenas 3 anos da condenação anterior e o condenado praticou novos crimes e faltas disciplinares durante a execução penal. Logo, era pouco tempo, havia uma longa pena a ser cumprida (30 anos) e o condenado cometeu novos crimes e atos de indisciplina durante a execução penal, o que não ensejou a aplicação do direito ao esquecimento.

No HC nº 511.046 - SP (2019/0142349-8), o direito ao esquecimento não foi aplicado porque era necessário que esse fundamento tivesse sido apontado na inicial, juntamente com as datas das condenações definitivas anteriores.

Semelhantermente, no HC nº 284.307 - SP (2013/0403801-7)¹⁴, o direito ao esquecimento não foi aplicado, pois o paciente tinha 10 condenações anteriores de crimes da mesma espécie, transitadas em julgado. Nesse caso, o agente possuía algumas condenações da década de 80, mas a prática de novo ato não ultrapassou dois anos do trânsito em julgado do anterior. Mesmo com condenações muito antigas, nesse caso, era impossível a aplicação do direito ao esquecimento, tendo em vista que o período entre algumas condenações e a prática do próximo delito é mínimo. Além disso, o último delito foi cometido enquanto o agente estava em benefício pela Vara das Execuções Criminais.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Agravo Regimental no Habeas Corpus nº 493.749 - MG (2019/0045235-8)**. Agravo Regimental no Habeas Corpus. Roubo majorado. Pena-base Acima do mínimo legal. Maus antecedentes. Período depurador alcançado. direito ao esquecimento. Não configurado. recurso improvido. Agravante: Aquila Radaí do Canto. Agravado: Ministério Público Federal; Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Impetrado: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Relator: Min. Nefi Cordeiro, 6 de agosto de 2019, DJe 12 de agosto de 2019.

Idem. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.578.033 - RJ (2016/0017360-4)**. Penal. Agravo Regimental no Recurso Especial. Furto qualificado. Maus antecedentes. Período depurador. Afastamento. Impossibilidade. Agravo Regimental não provido. Agravante: Marcos Sebastião Chaves de Oliveira. Agravado: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Relator: Min. Rogerio Schietti Cruz, 16 de junho de 2016, DJe 28 de junho de 2016.

¹⁴Idem. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Habeas Corpus nº 284.307 - SP (2013/0403801-7)**. Habeas Corpus. Roubo Simples. *Writ* Substitutivo. Desvirtuamento. Dosimetria. Pena-base acima do mínimo legal. Proporcionalidade. Dez condenações transitadas em julgado, algumas delas recentes. Direito ao esquecimento. inaplicabilidade. Reincidência. *Bis In Idem*. Inocorrência. Compensação com a atenuante da confissão. Possibilidade. Regime inicial fechado. Impetrante: Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Impetrado: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Relator: Min. Rogerio Schietti Cruz, 12 de agosto de 2014, DJe 26 de agosto de 2014.

Conforme restou determinado no acórdão, as atitudes desse agente demonstram seu total “descaso pela vida em comunidade e ausência de qualquer aprendizagem pelos anos que passou encarcerado” (fl. 37).

2.2 PROGRESSÃO DE REGIME

Dois pedidos¹⁵ requerem a aplicação do direito ao esquecimento às faltas graves cometidas ao longo do cumprimento da pena. Argumenta-se que faltas graves cometidas em um período longínquo não configuram fundamento apto a indeferir a progressão de regime ou a substituição por uma pena mais branda, devendo ser aplicado o direito ao esquecimento.

Especificamente no HC nº 505.302 - SP (2019/0111721-8), passaram-se mais de 13 anos entre a falta grave e o pedido de progressão de regime. Naquela ocasião, aplicou-se o direito ao esquecimento em relação à falta antiga, sob o entendimento de que faltas graves antigas não podem ser usadas para negar a benesse de progressão de regime, do contrário, haveria perpetuação dos seus efeitos durante toda a execução penal e violação aos princípios da razoabilidade e ressocialização da pena.

2.3 EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

Há 3 casos em que foi requerida a aplicação do direito ao esquecimento para extinguir a punibilidade pelo crime cometido. O argumento principal é que o *jus puniendi* do Estado é limitado não apenas pelas garantias constitucionais como o direito à vida e a dignidade da pessoa humana, mas também pelo decurso do tempo. Sendo assim, decorrido determinado

¹⁵BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Habeas Corpus nº 505.302 - SP (2019/0111721-8)**. Habeas Corpus. Execução penal. Progressão de regime. Indeferimento por falta do requisito subjetivo. Constrangimento ilegal evidenciado. Habeas Corpus concedido. Impetrante: Lucas Alves Azevedo Pazini. Impetrado: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Relator: Min. Rogerio Schietti Cruz, 25 de junho de 2019, DJe 01 de julho de 2019.

Idem. Superior Tribunal de Justiça (3. seção). **Reclamação nº 37.592 - SP (2019/0069954-7)**. Reclamação. Execução penal. Crime comum e hediondo. Comutação de pena do crime comum. Decreto 8.615/2015. Exigência de requisito subjetivo previsto no § 2º do Art. 112 Da Lep (Bom Comportamento): Descabimento. Inexistência de previsão legal para se condicionar a comutação da pena a requisitos não previstos no decreto presidencial. Faltas graves cometidas há mais de 10 anos e ainda assim utilizadas para aferir mau comportamento: indevida perpetuação dos efeitos de faltas disciplinares. Requisito subjetivo preenchido: Não cometimento de falta grave no ano que precede a publicação do decreto. requisito objetivo preenchido: cumprimento de 2/3 da pena do crime hediondo. Possibilidade de concessão da benesse. Reclamante: Josemar de Jesus Silva Neris (preso). Reclamado: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Relator: Min. Reynaldo Soares da Fonseca, 22 de maio de 2019, DJe 30 de maio de 2019.

prazo, diante da inércia do Estado, esse não deverá agir mais e será aplicável o direito ao esquecimento com relação ao delito.

No entanto, em nenhum dos casos foi aplicado o direito ao esquecimento, tendo em vista que não havia ocorrido a devida prescrição dos crimes.

2.4 ANOTAÇÕES NO BANCO DE DADOS DE INSTITUTOS DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL

Há 2 casos sobre anotações em bancos de dados públicos, um sobre anotações no banco de dados de Institutos de Identificação Criminal e outro sobre a exclusão de informações do Sistema de Informações Processuais da Justiça Federal.

No AgRg no Recurso Especial nº 1.751.708 - SP (2018/0159003-2), foi requerida a aplicação do direito ao esquecimento nas anotações sobre inquéritos ou ações penais que constam em bancos de dados de institutos de identificação criminal. Nesse caso, entendeu-se pela não aplicação do direito ao esquecimento, pois, embora tais anotações não possam ser mencionadas em folhas de antecedentes ou em certidões extraídas dos livros em juízo, comprovam fatos e situações jurídicas ocorridas. Não podem ser apagadas, mas são sigilosas.

No Recurso em Mandado de Segurança nº 49.920 - SP (2015/0312729-6), o impetrante queria a exclusão de seu nome do Sistema de Informações Processuais da Justiça Federal e o sigilo de dados básicos da ação penal, pois cometeu o delito de divulgação e fornecimento de imagens de cunho pornográfico e de sexo explícito envolvendo crianças e adolescentes via internet. Nesse caso, entendeu-se que há um evidente interesse público no caso. O próprio crime já possui determinado interesse público, senão nem seria crime. Portanto, não ensejou a aplicação do direito ao esquecimento, o interesse público aqui se sobrepôs ao direito do réu de proteger seu nome.

2.5 OBJETIVIDADE DA APLICAÇÃO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO NA ESFERA PENAL.

No âmbito penal, a aplicação do direito ao esquecimento deu-se em 50% dos casos e em TODOS eles a incidência ocorreu por um critério objetivo temporal.

Com relação ao esquecimento de maus antecedentes, quando o delito anterior aconteceu há mais de 10 anos, houve o reconhecimento do direito ao esquecimento, excepcionados dois casos. Em um deles, a aplicação não se deu (justificadamente) porque o

agente tinha outras 13 condenações transitadas em julgado. Ademais, o critério temporal é aplicado relativamente à progressão de regime, quando as faltas graves foram cometidas em um período longínquo.

Acerca da extinção da punibilidade e anotações em bases de dados, não foi aplicado o direito ao esquecimento. Não foi reconhecido quanto à extinção da punibilidade porque o direito ao esquecimento não pode se sobrepor à prescrição dos crimes prevista em lei, a extinção da punibilidade do Estado só poderá ocorrer com a prescrição. Caso contrário, as pessoas poderão cometer quaisquer crimes e, para evitar o cumprimento da pena por completo, poderão solicitar a aplicação do direito ao esquecimento ao crime cometido.

Sobre anotações em bases de dados, também é inaplicável o direito ao esquecimento. Em primeiro lugar, porque esses dados não são publicamente divulgados, não ofendendo a honra ou imagem de alguém. Em segundo lugar, porque o governo precisa ter controle sobre fatos e situações jurídicas ocorridas no país, ainda mais em relação a crimes, com vistas a segurança pública e a tomada de decisões sobre as políticas públicas.

3 JURISPRUDÊNCIA DA ÁREA CÍVEL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Nesta seção serão discutidos alguns casos cíveis que envolvem direito ao esquecimento analisados pelo Superior Tribunal de Justiça. Foram analisados 9 acórdãos. Dentre esses casos: (i) 3 casos aplicaram o direito ao esquecimento; (ii) 1 caso não analisou o direito ao esquecimento pleiteado pelo recorrente; (iii) 5 casos não aplicaram o direito ao esquecimento.

Há três casos que aplicaram o direito ao esquecimento. O primeiro¹⁶ (Recurso Especial nº 1.660.168 - RJ (2014/0291777-1) trata de uma ação ajuizada por Denise Piere em face da Google Brasil Internet Ltda, Yahoo! Do Brasil Internet Ltda e Microsoft Informática Ltda, na qual requereu a retirada de notícias relacionadas às suspeitas fraudes praticadas no XLI Concurso de Magistratura de Carreira do Estado do Rio de Janeiro, por meio da pesquisa do seu nome no buscador.

¹⁶BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3. turma). **Recurso Especial nº 1.660.168 - RJ (2014/0291777-1)**. Recurso Especial. Direito Civil. Ação de obrigação de fazer. 1. Omissão, contradição ou obscuridade. Ausência. 2. Julgamento extra petita. Não configurado. 3. Provedor De aplicação de pesquisa na internet. Proteção A Dados Pessoais. Possibilidade jurídica do pedido. desvinculação entre nome e resultado de pesquisa. Peculiaridades fáticas. Conciliação entre o direito individual e o direito coletivo à informação. 4. Multa diária aplicada. Valor inicial exorbitante. Revisão excepcional. 5. Recurso especial parcialmente provido. Recorrente: Yahoo! Do Brasil Internet Ltda; Google Brasil Internet Ltda. Recorrido: D P N. Relatora: Min Nancy Andrighi, 08 de maio de 2018, DJe 5 de junho de 2018.

Nesse caso foi aplicado o direito ao esquecimento, pois as notícias não possuíam relevante interesse público, pelo transcurso do tempo (mais de uma década) e o conteúdo era privado. Então firmou-se o entendimento de que o direito ao esquecimento e à intimidade deveria preponderar porque: (i) a simples desvinculação do nome da autora das notícias dos resultados de busca não impediria que, caso alguém queira ter acesso à notícia, encontre-a por meio da pesquisa de outros termos, garantindo-se o direito coletivo de acesso à informação; e (ii) a autora possui o direito de seguir a sua vida no anonimato, sem ser lembrada constantemente de tais notícias.

O segundo caso é conhecido como “Chacina da Candelária”¹⁷ (Recurso Especial nº 1.334.097 - RJ (2012/0144910-7)). A “chacina da candelária” foi uma série de homicídios ocorridos no Rio de Janeiro, em 1993. Anos depois, um homem que foi inocentado da acusação foi retratado pelo programa Linha Direta, com sua imagem e nome. O STJ reconheceu o direito ao esquecimento nesse caso, baseado no fato de que, embora a série de assassinatos tenha se tornado um fato histórico, o acontecimento poderia ter sido retratado pelo programa sem a exposição da imagem e do nome do autor da demanda. Portanto, o autor faria jus ao direito ao esquecimento, “um direito de não ser lembrado contra sua vontade, especificamente no tocante a fatos desabonadores, de natureza criminal, nos quais se envolveu, mas que, posteriormente, fora inocentado”.

No caso, foi feita uma ressalva quanto à aplicação do direito ao esquecimento relativamente ao nome dos envolvidos em fatos genuinamente históricos, cujo interesse social e público deve prevalecer sobre a passagem do tempo, desde seja impossível a narrativa de tal fato sem a exposição dos nomes.

O terceiro caso¹⁸ em que houve a aplicação do direito ao esquecimento (Recurso Especial nº 1.369.571 - PE (2011/0235963-0) trata de uma ação de indenização por danos

¹⁷BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4. turma). **Recurso Especial nº 1.334.097 - RJ (2012/0144910-7)**. Recurso Especial. Direito Civil-Constitucional. Liberdade de imprensa vs. direitos da personalidade. litígio de solução transversal. Competência Do Superior Tribunal De Justiça. Documentário Exibido Em Rede Nacional. Linha Direta-Justiça. Sequência de homicídios conhecida como Chacina da Candelária. Reportagem Que Reacende O Tema Treze Anos Depois Do Fato. Veiculação inconstitucional de nome e imagem de indiciado nos crimes. Absolvção Posterior Por Negativa De Autoria. Direito ao esquecimento dos condenados que cumpriram pena e dos absolvidos. Acolhimento. Decorrencia da Proteção Legal e constitucional da dignidade da pessoa humana e das limitações positivadas à atividade informativa. presunção legal e constitucional de ressocialização da pessoa. Ponderação de valores. precedentes de direito comparado. Recorrente: Globo Comunicações e Participações S/A. Recorrido: Jurandir Gomes De França. Relator: Min. Luis Felipe Salomão, 28 de maio de 2013, DJe 10 de setembro de 2013.

¹⁸Idem. Superior Tribunal de Justiça (3. turma). **Recurso Especial nº 1.369.571 - PE (2011/0235963-0)**. Recurso Especial. Processual Civil (CPC/73). Ação de indenização. danos morais. Matéria jornalística. reavaliação de provas. Possibilidade. Não Incidência Do Enunciado N.º 7/Stj. Fundamento Constitucional No Acórdão Recorrido. Ausente. Não Incidência Do Enunciado N.º 126/Stj. Direito à informação e à livre manifestação do pensamento. Caráter absoluto. Inexistência. Dever de cuidado. Necessidade de Observância. Direito ao

morais proposta por Ricardo Zarattini Filho, decorrente da veiculação, pelo jornal Diário de Pernambuco S.A., de entrevista feita com o advogado Wandekolk Wanderley, publicada em 15/5/1995, acerca do comunismo e da ditadura militar no Brasil, que teria lhe imputado falsamente a autoria do atentado no Aeroporto dos Guararapes/PE, ocorrido em 25/7/1966. Depois, restou comprovado que a autoria do crime era de outra pessoa.

Nos termos do voto vencedor, entendeu-se que os direitos à informação e à livre manifestação do pensamento não possuem caráter absoluto, sendo limitados pela dignidade da pessoa humana, e, de acordo com o Enunciado n. 531, da VI Jornada de Direito Civil do Superior Tribunal de Justiça, a tutela da dignidade da pessoa humana inclui o direito ao esquecimento.

Além disso, foi determinado que a imprensa tem o dever de zelar para que o direito à informação não ultrapasse o limite legal, consistente no respeito à honra, à privacidade e à intimidade da pessoa humana. Caso esse limite seja ultrapassado, a imprensa deverá ser responsabilizada, tanto pelos fatos que ofendem a honra e a imagem da pessoa humana quanto pela divulgação de fatos inverídicos, como no presente caso.

Não cabe comentar o caso em que o pedido de aplicação do direito ao esquecimento não foi apreciado.

Passa-se à análise dos casos¹⁹ em que não houve a aplicação do direito ao esquecimento. Dentre os casos que não aplicaram o direito ao esquecimento, três deles tratam da aplicação do referido direito a fatos ocorridos no passado que foram divulgados na imprensa.

Um dos casos que merece destaque é o Recurso Especial nº 1.434.498 - SP (2013/0416218-0), que trata de danos morais e à integridade física causados às autoras por Carlos Alberto Brilhante Ustra, durante o regime militar.

Nele, foi afastada a aplicação do direito ao esquecimento, porque: (i) atos de tortura praticados durante o regime militar podem ser compensados apenas pelo Poder Público e não por aquele que agiu em nome do Estado, devido ao manto da anistia; (ii) a recuperação da

Esquecimento. Tutela da Dignidade da Pessoa Humana. Responsabilidade das empresas jornalísticas. Inexigência da prova inequívoca da má-fé. Quantum indenizatório. Redução. Possibilidade. Obediência aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Recorrente: Ricardo Zarattini Filho. Recorrido: Diário de Pernambuco S/A. Relator: Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, 22 de setembro de 2016, DJe 28 de outubro de 2016.

¹⁹BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3. turma). **Recurso Especial nº 1.434.498 - SP (2013/0416218-0)**. Recurso Especial. Civil e processual civil. ação declaratória de existência de relação jurídica de responsabilidade civil, nascida da prática de ato ilícito, gerador de danos morais, no período da ditadura militar brasileira. Ajuizamento contra o oficial comandante acusado das torturas sofridas pelos demandantes. Pretensão meramente declaratória. Legitimidade e interesse. Prescrição. Inocorrência. Recorrente: Carlos Alberto Brilhante Ustra. Recorrido: César Augusto Teles; Janaina de Almeida Teles; Edson Luis de Almeida Teles; Maria Amélia de Almeida Teles; Crimeia Alice Schmidt de Almeida. Relatora: Min. Nancy Andrighi, 9 de dezembro de 2014, DJe 5 de fevereiro de 2015.

memória histórica de fatos gravíssimos ocorridos no passado é fundamental para evitar que violações a direitos humanos voltem a acontecer; (iii) a preservação dessas memórias é uma forma de aprendizado com os erros do passado; (iv) esses fatos históricos não podem ser apagados, pois os ofendidos possuem o direito de serem reparados, ainda que apenas moralmente, para que não tenham a sensação de impunidade.

No caso *Aída Curi*²⁰ (Recurso Especial nº 1335153 - RJ 2011/0057428-0), Nelson Curi e outros ajuizaram uma ação de indenização em face da TV Globo, que divulgou no “Linha Direta” a imagem da irmã dos autores, Aída Curi, que foi estuprada e jogada de um prédio em 1950. Pediram a reparação pela divulgação da imagem sem autorização.

Não houve a aplicação do direito ao esquecimento, devido à historicidade, à publicidade do fato e porque o acontecimento entrou para o domínio público. Além disso, a transmissão da matéria sem a divulgação do nome da vítima era impossível, por essa razão não foi reconhecido qualquer abuso por parte da imprensa, não ensejando o dever de indenização.

No Recurso Especial nº 1.736.803 - RJ (2017/0026727-9), a recorrente é a assassina de Daniella Perez, filha da famosa roteirista brasileira Glória Perez, que foi morta em 1992, no Rio de Janeiro, com 18 golpes de punhal. Ela pleiteou o reconhecimento do direito ao esquecimento em face de matéria jornalística publicada pela revista “Isto É”. A matéria jornalística tratava sobre homicídios que marcaram a história brasileira e relatava o crime cometido pela recorrente no passado, inclusive disponibilizando sua imagem, rotina, informações sobre seu marido e filhos.

Foi afastada a aplicação do direito ao esquecimento, pois: i) a autora foi condenada pelo crime relatado na reportagem; ii) o crime mencionado na matéria foi de extrema relevância nacional, resultando, inclusive, em uma alteração legislativa: o reconhecimento do tipo de crime qualificado como crime hediondo; iii) é impossível a exclusão desse trecho significativo da história de crimes famosos que compõe a memória da sociedade brasileira; iv) também é inviável a aplicação do direito ao esquecimento com relação à publicação de futuras matérias

²⁰BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4. turma). **Recurso Especial 1335153 / RJ 2011/0057428-0**. Recurso Especial. Direito Civil-Constitucional. Liberdade de imprensa vs. direitos da personalidade. Litígio de solução transversal. Competência do Superior Tribunal de Justiça. Documentário exibido em rede nacional. Linha Direta-Justiça. Homicídio de repercussão nacional ocorrido no ano de 1958. Caso "Aida Curi". Veiculação, meio século depois do fato, do nome e imagem da vítima. Não consentimento dos familiares. Direito ao esquecimento. Acolhimento. Não aplicação no caso concreto. Reconhecimento da historicidade do fato pelas instâncias ordinárias. Impossibilidade de desvinculação do nome da vítima. Ademais, inexistência, no caso concreto, de dano moral indenizável. Violação ao direito de imagem. Súmula N. 403/STJ. Não incidência. Recorrente: Nelson Curi e Outros. Recorrido: Globo Comunicação e Participações S/A. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão, 28 de maio de 2013, DJe 10 de setembro de 2013.

jornalísticas sobre o ato criminoso, pois qualifica-se como censura prévia, o que viola o direito à livre manifestação.

Os dois últimos²¹ casos cíveis (Agravado Interno no Recurso Especial nº 1.599.054 - RJ 2016/0120495 e Agravado Interno no Recurso Especial nº 1.593.873 - SP 2016/0079618-1) em que não houve a aplicação do direito ao esquecimento tratam da sua aplicação em resultados de busca por determinados termos no Google, provedor de internet.

Em ambos os casos foi determinado que não há fundamentação legal para obrigar a aplicação do direito ao esquecimento relativamente aos provedores, os quais não podem ser obrigados a eliminar do seu sistema os resultados derivados da busca de determinado termo ou expressão, tampouco os resultados que apontam para uma foto ou texto específico, independentemente da indicação da página na qual estiver inserido. A obrigação de remover determinado conteúdo recai sobre aquele que mantém a informação no ambiente digital.

3.1 SUBJETIVIDADE DA APLICAÇÃO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO NA ESFERA CÍVEL

Diferentemente do âmbito penal, no direito civil a aplicação do direito ao esquecimento ocorreu em apenas 33% dos casos, o que, por si só, demonstra a fragilidade do instituto.

Nesses casos, o reconhecimento do direito ao esquecimento foi completamente subjetivo, sendo baseado, tão somente, na análise do caso concreto, ou seja, das circunstâncias fáticas dos casos, sem a utilização de qualquer critério objetivo ou base legal.

²¹Brasil. Superior Tribunal de Justiça (3. turma). **Agravado Interno no Recurso Especial nº 1.599.054 - RJ (2016/0120495)**. Processual Civil. Agravado Interno No Recurso Especial. recurso manejado sob a égide do CPC/73. Ação de indenização. Dano moral. Procedência. Cumprimento de sentença. Multa por descumprimento de decisão judicial. Agravado de instrumento. Violação de dispositivos de lei federal. Falta de prequestionamento. Súmula Nº 211 Do STJ. Ofensa aos Arts. 128 E 460 do CPC/73. Ofensa ao princípio da congruência. inobservância. Tribunal local que reconheceu cumprida a obrigação imposta ao provedor de pesquisa, de retirar três páginas da internet, cujo conteúdo se mostrava ofensivo à honra do autor. Reforma do entendimento. Súmula Nº 7 do STJ. Filtragem Prévia De Buscas. Bloqueio de palavras-chaves que conduzam ao nome do autor. Impossibilidade. Precedente. Agravante: José Roberto Portugal Compasso. Agravado: Google Brasil Internet Ltda. Relator: Min. Moura Ribeiro, 25 de abril de 2017, DJe 11 de maio de 2017; BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3. turma). **Agravado Interno no Recurso Especial nº 1.593.873 - SP (2016/0079618-1)**. Processual civil e civil. Recurso Especial. Ação de obrigação de fazer. Provedor de pesquisa. Direito ao esquecimento. Filtragem prévia Das Buscas. Bloqueio de palavras-chaves. Impossibilidade. Agravante: Google Brasil Internet Ltda. Agravado: S M S. Relatora: Ministra Nancy Andrighi, 10 de novembro de 2016, DJe 17 de novembro de 2016.

Tamanha subjetividade nas decisões pode ocorrer porque são pouquíssimos os processos da área cível que tramitaram perante o STJ envolvendo o direito ao esquecimento ou em razão de os casos serem completamente diferentes.

Essa subjetividade torna-se clara em 3 casos, neles, há pedidos de retirada de conteúdo dos resultados de buscadores. Dentre esses, apenas 1 reconheceu o direito ao esquecimento, o caso de Denise Piere. Por outro lado, nos outros dois casos o direito ao esquecimento não foi aplicado, pois foi afastada a obrigação dos provedores de eliminarem resultados derivados de determinado termo ou expressão. No caso de Denise Piere, o direito ao esquecimento foi aplicado com base em critérios subjetivos, a turma entendeu que Denise possuía direito de seguir sua vida e não haveria prejuízo ao direito à informação tendo em vista que a notícia, após ser retirada dos resultados de busca do Google, ainda poderia ser encontrada por meio da pesquisa de outros termos.

No caso da Chacina da Candelária, o direito ao esquecimento foi aplicado, pois a Corte entendeu que a matéria jornalística sobre o fato poderia ter sido divulgada sem o nome e a imagem dos acusados. No entanto, e em casos futuros? Quando sem a imagem e o nome dos envolvidos a notícia não estiver completa, ainda assim os magistrados aplicarão o direito ao esquecimento? O direito à liberdade de informação será completamente violado.

No último caso em que foi aplicado o direito ao esquecimento (“Ricardo Zarattini Filho”), foi aplicado o direito ao esquecimento como uma forma de responsabilizar a imprensa pelas informações inverídicas divulgadas que afetaram o autor.

Nos demais casos em que não houve a aplicação do direito ao esquecimento, as justificativas são as mais diversificadas. No Recurso Especial nº 1.434.498 - SP (2013/0416218-0), o direito ao esquecimento não foi aplicado porque se tratava de acontecimentos da época da ditadura que devem sempre ser lembrados, não apenas por fazer parte da história do nosso país, como também para se evitar que algo tão terrível ocorra no futuro. No caso de Aída Curi também não foi possível a aplicação, pois já havia caído no domínio público e não era possível divulgar um crime de grande repercussão nacional sem o nome da vítima.

No último caso, da assassina de Daniella Perez, o direito ao esquecimento não foi aplicado com base na análise subjetiva da situação concreta. Foi afastada a sua aplicação porque a recorrente havia cometido o crime, conhecido entre as celebridades brasileiras, e não há que se falar em proibição de divulgar matérias no futuro, uma vez que isso configuraria a censura prévia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito ao esquecimento passou a ser aplicado recentemente no Brasil. No entanto, esse direito não possui qualquer previsão no nosso ordenamento jurídico.

No ramo penal, é comum o argumento de que tal direito decorre da interpretação extensiva das previsões legais sobre reincidência e proibição de penas perpétuas. Ocorre que apagar os registros de crimes passados cometidos inutiliza a previsão do próprio Código Penal no tocante à valoração de antecedentes. Se os crimes cometidos no passado podem simplesmente ser apagados por meio da incidência do direito ao esquecimento, então nunca serão considerados para fins de antecedentes e valoração desse deixará de existir.

Os maus antecedentes não podem ser apagados. Eles serão aplicados apenas se a pessoa cometeu um novo crime e, se o fez, claramente não aprendeu com as condenações passadas. Por essa razão, tais condenações devem ser consideradas no cômputo de uma nova pena. Por meio da aplicação objetiva do direito ao esquecimento, que vem sendo realizada pelo do STJ, a cada 10 anos, após uma condenação, o condenado poderá cometer novos delitos sem que as condenações anteriores sejam consideradas na análise dos antecedentes.

Especialmente no Brasil, em que é necessária a redução da taxa de crimes cometidos anualmente, não se pode relevar crimes cometidos no passado a fim de abrandar as penas. Isso porque se foi cometido novo crime, os crimes anteriores devem ser analisados quando da dosimetria da pena, a fim de que ela aumente como forma de coibição. Dessa forma, a cada novo crime, ainda que menos grave, as penas serão aumentadas com base nos crimes anteriores.

Ademais, mesmo que o condenado cumpra a pena, em diversos crimes, como homicídio ou estupro, a vítima e a sua família lembrarão eternamente do acontecimento com enorme tristeza e dor. Ainda que o crime cometido não seja considerado na valoração dos antecedentes em novos crimes cometidos pelo mesmo agente ou que a notícia de tais crimes seja apagada de buscadores da internet, o crime cometido jamais seja apagado da memória da vítima ou de sua família. Portanto, não é justo que um acontecimento que causou tanto sofrimento às vítimas seja facilmente apagado da vida do condenado.

Ressalte-se que isso não quer dizer que a pessoa deverá ser constantemente lembrada do fato, como uma forma de pena perpétua, mas deve tê-lo em mente, minimamente, como forma de aprendizado.

Com relação à esfera cível, também não há qualquer previsão legal do direito ao esquecimento no ordenamento jurídico. Ele pode ser visto com uma das faces da dignidade da

pessoa humana²². Dessa forma, o direito é aplicado totalmente à discricionariedade dos juízes, sem que haja a limitação de seu alcance.

No âmbito cível, como visto, o direito ao esquecimento é utilizado, na grande parte dos casos, para impedir a divulgação ou requerer a ocultação de um fato ou informação. Logo, como não há uma regulação para determinar o alcance do direito ao esquecimento, pode-se pedir a remoção de uma mera notícia relacionada a suspeitas de fraudes em concurso público, como o caso de Denise Piere, até a remoção de notícias sobre a investigação de esquemas de corrupção em nosso país. Isso demonstra que a aplicação do direito ao esquecimento pode abrir portas muito perigosas para o que pode ser “esquecido” do conhecimento público.

Especialmente porque não há uma definição do que pode ou não pode ser esquecido, deixar esse direito sem previsão legal, à mera discricionariedade dos magistrados, é restringir o direito fundamental de acesso à informação de uma forma completamente desproporcional.

Isso possibilita que, no futuro, tenhamos fatos verídicos, obtidos de forma lícita, impedidos de serem divulgados porque não agradam a determinada pessoa. Não se pode limitar o direito de acesso à informação da sociedade, um dos pilares da democracia, pelo um mero desconforto que determinado acontecimento pode causar a um indivíduo. Se esse for o caso, o acesso à informação de todos será realmente muito limitado, pois qualquer pessoa tem fatos do seu passado ou relacionados com entes queridos que lhe causam desconforto.

Adicionalmente, grande parte dos casos cíveis em que há uma discussão sobre o direito ao esquecimento podem ser resolvidos por meio de indenizações, em caso de abusos do direito à liberdade de expressão e à informação.

Por fim, ressalto que não cabe ao Judiciário criar um direito, em especial o direito de apagar fatos passados verídicos que limitam direitos fundamentais e colocam em risco a liberdade de expressão e o acesso à informação, pilares da democracia moderna e da sociedade da informação.

REFERÊNCIAS

ACUNHA, Fernando José Gonçalves. Democracia e transconstitucionalismo: “direito ao esquecimento”, extraterritorialidade e conflito entre ordens jurídicas. **Rev. direito GV**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 748-775, Dec. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322016000300748&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 abr. 2020.

²² Enunciado 531 na VI Jornada de Direito Civil promovida pelo CJF/STJ.

AIRES, Marco Antônio Pontes. **As implicações dos direitos fundamentais na era das novas tecnologias: o direito ao esquecimento como mecanismo apto a tutelar o direito à privacidade.** Disponível em:

<https://www.indexlaw.org/index.php/garantiasfundamentais/article/view/2439#?>. Acesso em: 22 abr. 2020.

ALMEIDA, Andreia Thais

Nunes de. **Direito ao esquecimento: o conflito entre liberdade de expressão e a proteção da memória individual.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em **Direito**) – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/13718>. Acesso em: 22 abr. 2020.

BARROSO, Luís Roberto. Colisão entre Liberdade de Expressão e Direitos da Personalidade. Critérios de Ponderação. Interpretação constitucionalmente adequada do Código Civil e da Lei de Imprensa. **Revista Jurídica da FIC.** 2004.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo.** São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. **Comentários à Constituição do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2004.

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. **Comentários à Constituição do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2004.

BITTAR, Carlos Alberto. **Os Direitos da Personalidade.** 5. Ed. Rio de Janeiro: Forense Unitária, 2001.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3. seção). **Reclamação nº 37.592 - SP (2019/0069954-7).** Reclamação. Execução penal. Crime comum e hediondo. Comutação de pena do crime comum. Decreto 8.615/2015. Exigência de requisito subjetivo previsto no § 2º do Art. 112 Da Lep (Bom Comportamento): Descabimento. Inexistência de previsão legal para se condicionar a comutação da pena a requisitos não previstos no decreto presidencial. Faltas graves cometidas há mais de 10 anos e ainda assim utilizadas para aferir mau comportamento: indevida perpetuação dos efeitos de faltas disciplinares. Requisito subjetivo preenchido: Não cometimento de falta grave no ano que precede a publicação do decreto. requisito objetivo preenchido: cumprimento de 2/3 da pena do crime hediondo. Possibilidade de concessão da benesse. Reclamante: Josemar de Jesus Silva Neris (preso). Reclamado: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Relator: Min. Reynaldo Soares da Fonseca, 22 de maio de 2019, DJe 30 de maio de 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3. turma). **Agravo Interno no Recurso Especial nº 1.599.054 - RJ (2016/0120495).** Processual Civil. Agravo Interno No Recurso Especial. recurso manejado sob a égide do CPC/73. Ação de indenização. Dano moral. Procedência. Cumprimento de sentença. Multa por descumprimento de decisão judicial. Agravo de instrumento. Violação de dispositivos de lei federal. Falta de prequestionamento. Súmula Nº 211 Do STJ. Ofensa aos Arts. 128 E 460 do CPC/73. Ofensa ao princípio da congruência. inocorrência. Tribunal local que reconheceu cumprida a obrigação imposta ao provedor de pesquisa, de retirar três páginas da internet, cujo conteúdo se mostrava ofensivo à honra do

autor. Reforma do entendimento. Súmula Nº 7 do STJ. Filtragem Prévia De Buscas. Bloqueio de palavras-chaves que conduzam ao nome do autor. Impossibilidade. Precedente. Agravante: José Roberto Portugal Compasso. Agravado: Google Brasil Internet Ltda. Relator: Min. Moura Ribeiro, 25 de abril de 2017, DJe 11 de maio de 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3. turma). **Agravo Interno no Recurso Especial nº 1.593.873 - SP (2016/0079618-1)**. Processual civil e civil. Recurso Especial. Ação de obrigação de fazer. Provedor de pesquisa. Direito ao esquecimento. Filtragem prévia Das Buscas. Bloqueio de palavras-chaves. Impossibilidade. Agravante: Google Brasil Internet Ltda. Agravado: S M S. Relatora: Ministra Nancy Andrighi, 10 de novembro de 2016, DJe 17 de novembro de 2016.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3. turma). **Agravo Interno No Recurso Especial Nº 1.599.054 - RJ (2016/0120495-5)**. Processual Civil. Agravo Interno No Recurso Especial. Recurso Manejado Sob A Égide Do CPC/73. Ação De Indenização. Dano Moral. Procedência. Cumprimento De Sentença. Multa Por Descumprimento De Decisão Judicial. Agravo De Instrumento. Violação De Dispositivos De Lei Federal. Falta De Prequestionamento. Súmula Nº 211 Do STJ. Ofensa Aos Arts. 128 E 460 Do CPC/73. Ofensa Ao Princípio Da Congruência. Inocorrência. Tribunal Local Que Reconheceu Cumprida A Obrigação Imposta Ao Provedor De Pesquisa, De Retirar Três Páginas Da Internet, Cujo Conteúdo Se Mostrava Ofensivo À Honra Do Autor. Reforma Do Entendimento. Súmula Nº 7 Do STJ. Filtragem Prévia De Buscas. Bloqueio De Palavras-Chaves Que Conduzam Ao Nome Do Autor. Impossibilidade. Precedente. Agravante: José Roberto Portugal Compasso. Agravado: Google Brasil Internet Ltda. Relator: Min. Moura Ribeiro, 25 de abril de 2017, DJe 11 de maio de 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3. turma). **Recurso Especial nº 1.660.168 - Rj (2014/0291777-1)**. Recurso Especial. Direito Civil. Ação de obrigação de fazer. 1. Omissão, contradição ou obscuridade. Ausência. 2. Julgamento extra petita. Não configurado. 3. Provedor De aplicação de pesquisa na internet. Proteção A Dados Pessoais. Possibilidade jurídica do pedido. desvinculação entre nome e resultado de pesquisa. Peculiaridades fáticas. Conciliação entre o direito individual e o direito coletivo à informação. 4. Multa diária aplicada. Valor inicial exorbitante. Revisão excepcional. 5. Recurso especial parcialmente provido. Recorrente: Yahoo! Do Brasil Internet Ltda; Google Brasil Internet Ltda. Recorrido: D P N. Relatora: Min Nancy Andrighi, 08 de maio de 2018, DJe 5 de junho de 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3. turma). **Recurso Especial nº 1.434.498 - SP (2013/0416218-0)**. Recurso Especial. Civil e processual civil. ação declaratória de existência de relação jurídica de responsabilidade civil, nascida da prática de ato ilícito, gerador de danos morais, no período da ditadura militar brasileira. Ajuizamento contra o oficial comandante acusado das torturas sofridas pelos demandantes. Pretensão meramente declaratória. Legitimidade e interesse. Prescrição. Inocorrência. Recorrente: Carlos Alberto Brilhante Ustra. Recorrido: César Augusto Teles; Janaina de Almeida Teles; Edson Luis de Almeida Teles; Maria Amélia de Almeida Teles; Crimeia Alice Schmidt de Almeida. Relatora: Min. Nancy Andrighi, 9 de dezembro de 2014, DJe 5 de fevereiro de 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3. turma). **Recurso Especial Nº 1.736.803 - RJ (2017/0026727-9)**. Recurso Especial. Ação De Indenização Por Danos Morais Cumulada Com Obrigação De Fazer E Não Fazer. Matéria Jornalística. Revista De Grande Circulação. Crime Histórico. Reportagem. Repercussão Nacional. Direito À Privacidade. Pena Perpétua.

Proibição. Direito À Ressocialização De Pessoa Egressa. Ofensa. Configuração. Direito Ao Esquecimento. Censura Prévia. Impossibilidade. Memória Coletiva. Direito À Informação. Liberdade De Expressão. Esposo E Filhos Menores. Extensão Dos Efeitos Da Condenação. Princípio Da Pessoalidade Da Pena. Direito Ao Desenvolvimento Integral. Estatuto Da Criança E Do Adolescente. Dano Moral. Valor Da Indenização. Reexame Fático. Vedação. Recorrente: P N P; S R R P; F N P; T N P (Menor); V N P (Menor); S R R P. Recorrido: Tres Editorial Ltda - Em Recuperação Judicial. Relator: Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, 28 de abril de 2020, DJe 4 de maio de 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3. turma). **Recurso Especial nº 1.369.571 - PE (2011/0235963-0)**. Recurso Especial. Processual Civil (CPC/73). Ação de indenização. danos morais. Matéria jornalística. reavaliação de provas. Possibilidade. Não Incidência Do Enunciado N.º 7/Stj. Fundamento Constitucional No Acórdão Recorrido. Ausente. Não Incidência Do Enunciado N.º 126/Stj. Direito à informação e à livre manifestação do pensamento. Caráter absoluto. Inexistência. Dever de cuidado. Necessidade de Observância. Direito ao Esquecimento. Tutela da Dignidade da Pessoa Humana. Responsabilidade das empresas jornalísticas. Inexigência da prova inequívoca da má-fé. Quantum indenizatório. Redução. Possibilidade. Obediência aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Recorrente: Ricardo Zarattini Filho. Recorrido: Diário de Pernambuco S/A. Relator: Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, 22 de setembro de 2016, DJe 28 de outubro de 2016.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4. turma). **Recurso Especial nº 1.334.097 - RJ (2012/0144910-7)**. Recurso Especial. Direito Civil-Constitucional. Liberdade de imprensa vs. direitos da personalidade. litígio de solução transversal. Competência Do Superior Tribunal De Justiça. Documentário Exibido Em Rede Nacional. Linha Direta-Justiça. Sequência de homicídios conhecida como Chacina da Candelária. Reportagem Que Reacende O Tema Treze Anos Depois Do Fato. Veiculação inconstitucional de nome e imagem de indiciado nos crimes. Absolvição Posterior Por Negativa De Autoria. Direito ao esquecimento dos condenados que cumpriram pena e dos absolvidos. Acolhimento. Decorrencia da Proteção Legal e constitucional da dignidade da pessoa humana e das limitações positivadas à atividade informativa. presunção legal e constitucional de ressocialização da pessoa. Ponderação de valores. precedentes de direito comparado. Recorrente: Globo Comunicações e Participações S/A. Recorrido: Jurandir Gomes De França. Relator: Min. Luis Felipe Salomão, 28 de maio de 2013, DJe 10 de setembro de 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4. turma). **Recurso Especial 1335153 / RJ Recurso Especial 2011/0057428-0**. Recurso Especial. Direito Civil-Constitucional. Liberdade de imprensa vs. direitos da personalidade. Litígio de solução transversal. Competência do Superior Tribunal de Justiça. Documentário exibido em rede nacional. Linha Direta-Justiça. Homicídio de repercussão nacional ocorrido no ano de 1958. Caso "Aida Curi". Veiculação, meio século depois do fato, do nome e imagem da vítima. Não consentimento dos familiares. Direito ao esquecimento. Acolhimento. Não aplicação no caso concreto. Reconhecimento da historicidade do fato pelas instâncias ordinárias. Impossibilidade de desvinculação do nome da vítima. Ademais, inexistência, no caso concreto, de dano moral indenizável. Violação ao direito de imagem. Súmula N. 403/STJ. Não incidência. Recorrente: Nelson Curi e Outros. Recorrido: Globo Comunicação e Participações S/A. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão, 28 de maio de 2013, DJe 10 de setembro de 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4. Turma). **Recurso Extraordinário 1334097/RJ**. Recurso Especial. Direito Civil-Constitucional. Liberdade de Imprensa vs. Direitos da

Personalidade. Litígio de Solução Transversal. Competência do Superior Tribunal de Justiça. Documentário Exibido em Rede Nacional. Linha Direta-Justiça. Sequência de homicídios conhecida como chacina da candelária. reportagem que reacende o tema treze anos depois do fato. veiculação inconstitucional de nome e imagem de indiciado nos crimes. absolvição posterior por negativa de autoria. Direito ao esquecimento dos condenados que cumpriram pena e dos absolvidos. Acolhimento. Decorrência da proteção legal e constitucional da dignidade da pessoa humana e das limitações positivadas à atividade informativa. Presunção legal e constitucional de ressocialização da pessoa. Ponderação de valores. Precedentes de Direito Comparado. Recorrente: Globo Comunicações e Participações S/A. Recorrido: Jurandir Gomes de França. Relator: Min. Luis Felipe Salomão, 28 de maio de 2013, DJe 10 setembro de 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (5. turma). **Recurso Em Habeas Corpus Nº 50.935 - RJ (2014/0215400-6)**. Penal E Processual Penal. Recurso Em Habeas Corpus. Extinção Da Punibilidade Pelo Implemento Da Prescrição. Direito Ao Esquecimento. Pretensão Punitiva.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (5. turma). **Recurso Em Habeas Corpus Nº 89.948 - RS (2017/0250085-0)**. Penal. Recurso Em Habeas Corpus. Revisão Da Pena. Matéria Não Apreciada Pelo Tribunal De Origem. Supressão De Instância. Extinção Da Punibilidade Pelo Implemento Da Prescrição. Direito Ao Esquecimento. Pretensão Punitiva. Não Escoamento Do Prazo. Pretensão Executória. Não Deflagração. Recurso Não Provido. Recorrente: V M (Preso). Recorrido: Ministério Público Do Estado Do Rio Grande Do Sul. Relator: Min.Ribeiro Dantas, 18 de junho de 2019, DJe 25 de junho de 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (5. turma). **Recurso Em Mandado De Segurança Nº 49.920 - SP (2015/0312729-6)**. Processual Penal. Recurso Ordinário Em Mandado De Segurança. Ação Penal. Suposto Fornecimento E Divulgação, Via Internet, De Imagens Pornográficas E De Sexo Explícito Envolvendo Crianças E Adolescentes. Indicação, No Sistema Eletrônico Da Justiça Federal, Do Nome De Réu Maior De Idade E Da Tipificação Legal Do Delito Do Qual É Acusado Em Ação Penal: Ausência De Violação À Intimidade Do Réu. Princípio Constitucional Da Publicidade Dos Atos Processuais. Segredo De Justiça Que Se Estende Apenas A Fases Do Processo E, Em Se Tratando De Delitos Previstos No Estatuto Da Criança E Do Adolescente – Eca, À Proteção Da Intimidade Das Vítimas. Exegese Dos Arts. 1º E 2º Da Resolução 121/2010, Do Conselho Nacional De Justiça. Recorrente: Eduardo Silveira Machado. Recorrido: Ministério Público Federal; Estado De São Paulo. Relator: Min.Reynaldo Soares Da Fonseca, 2 de agosto de 2016, DJe 10 de agosto de 2016.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Agravo Regimental no Habeas Corpus nº 503.912 - SP (2019/0103655-8)**. Agravo Regimental no Habeas Corpus. Furto simples. Pena-base. Antecedentes. Direito ao esquecimento. reincidência específica e confissão. Compensação. Possibilidade. Regime fechado. Motivação insuficiente. Agravo Regimental não provido. Agravante: Ministério Público Federal. Agravado: Antônio Luiz Batista. Relator: Min. Rogerio Schietti Cruz, 3 de setembro de 2019, DJe 9 de setembro de 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.720.446 - PR (2018/0013695-9)**. Agravo Regimental No Recurso Especial. Furto. Antecedentes. Condenação definitiva antiga. Vetorial favorável. Teoria do esquecimento. Agravo Regimental não provido. Agravante: Ministério Público Federal. Agravado:

Alexssandro Galindo. Relator: Min. Rogerio Schietti Cruz, 23 de abril de 2019, DJe 30 de abril de 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial Nº 1.463.495 - PR (2019/0069491-4)**. Penal. Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial. Condenações pretéritas alcançadas pelo período depurador do Art. 64, I, do Código Penal. Configuração de maus antecedentes. Possibilidade. Exceção no caso de longo período decorrido desde as condenações. Agravante: Ministério Público Federal. Agravado: Marcos Antonio Madureira da Silva. Relator: Min. Antonio Saldanha Palheiro, 06 de agosto de 2019, DJe 13 de agosto de 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Agravo Regimental no Habeas Corpus Nº 546.838 - MG (2019/0348301-4)**. Agravo Regimental em Habeas Corpus. Roubo majorado. Dosimetria. Pena-base. Maus antecedentes. Ilegalidade não evidenciada. Direito ao esquecimento. Não aplicação. Decisão mantida. Agravo improvido. Agravante: Luiz Carlos de Oliveira (preso), Agravado: Ministério Público Federal. Relator: Min. Nefi Cordeiro, 12 de maio de 2020, DJe 18 de maio de 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Agravo Regimental no Habeas Corpus nº 493.749 - MG (2019/0045235-8)**. Agravo Regimental no Habeas Corpus. Roubo majorado. Pena-base Acima do mínimo legal. Maus antecedentes. Período depurador alcançado. direito ao esquecimento. Não configurado. recurso improvido. Agravante: Aquila Radaí do Canto. Agravado: Ministério Público Federal; Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Impetrado: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Relator: Min. Nefi Cordeiro, 6 de agosto de 2019, DJe 12 de agosto de 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.578.033 - RJ (2016/0017360-4)**. Penal. Agravo Regimental no Recurso Especial. Furto qualificado. Maus antecedentes. Período depurador. Afastamento. Impossibilidade. Agravo Regimental não provido. Agravante: Marcos Sebastião Chaves de Oliveira. Agravado: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Relator: Min. Rogerio Schietti Cruz, 16 de junho de 2016, DJe 28 de junho de 2016.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Agravo Regimental no Agravo Em Recurso Especial Nº 1.483.975 - SP (2019/0111843-1)**. Agravo Regimental No Agravo Em Recurso Especial. Moeda Falsa. Dosimetria. Condenação Definitiva Alcançada Pelo Período Depurador Da Reincidência. Possibilidade De Ser Sopesada Como Maus Antecedentes. Relativização. Caso Concreto. Inviabilidade. Agravo Regimental Desprovido. Agravante: Paulo Roberto De Oliveira Farias (Preso). Agravado: Ministério Público Federal. Relatora: Min. Laurita Vaz, 26 de maio de 2020, DJe 2 de junho de 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Agravo Regimental no Agravo Em Recurso Especial Nº 983.741 – RJ (2016/0243890-9)**. Agravo Regimental No Agravo Em Recurso Especial. Roubo Majorado. Pena-Base. Antecedentes. Direito Ao Esquecimento. Não Aplicação. Execução Imediata Da Pena. Agravo Não Provido. Agravante: Fabio Tavares Carneiro. Agravado: Ministério Público Do Estado Do Rio De Janeiro. Relator: Min. Rogerio Schietti Cruz, 27 de junho de 2017, DJe 1 de agosto de 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Agravo Regimental no Habeas Corpus Nº 400.180 - SC (2017/0115520-1)**. Agravo Regimental No Habeas Corpus. Tráfico De

Drogas. Pena-Base. Antecedentes. Direito Ao Esquecimento. Conduta Social. Condenação Anterior. Impossibilidade. Circunstâncias Do Crime. Natureza Da Droga. Agravo Regimental Não Provido. Agravante: Ministério Público Federal. Agravado: Alexsandro Pereira; Dalbi Antonia Luiza. Impetrado: Tribunal De Justiça Do Estado De Santa Catarina. Relator: Min.Rogério Schietti Cruz, 4 de fevereiro de 2020, DJe 12 de fevereiro de 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Agravo Regimental no Habeas Corpus Nº 477.887 - SP (2018/0295694-3)**. Agravo Regimental No Habeas Corpus. Execução Penal. Progressão De Regime. Falta Do Requisito Subjetivo. Constrangimento Ilegal Não Evidenciado. Agravo Regimental Não Provido. Agravante: Gilson Dos Santos Pinto. Agravado: Tribunal De Justiça Do Estado De São Paulo. Relator: Min.Rogério Schietti Cruz, 12 de março de 2019, DJe 25 de março de 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. Turma). **Agravo Regimental No Recurso Especial Nº 1.751.708 - SP (2018/0159003-2)**. Penal. Agravo Regimental Em Recurso Especial. Exclusão De Informações Sobre Condenação Criminal Do Banco De Dados Do Instituto De Identificação Ricardo Gumbleton Daunt - Iirgd E Demais Bancos De Dados Criminais. Ausência De Impugnação De Todos Os Fundamentos Da Decisão Agravada. Súmula 182/STJ. Art. 76, § 4º, Lei N. 9.099/1995. Reabilitação Criminal. Teses Não Prequestionadas. Exclusão Que Impossibilitaria A Recuperação Nas Hipóteses Permitidas Pela Lei. Possibilidade De Obtenção De Certidão Negativa. Fundamentos Inatacados. Súmula 283/Stf. Tese Do Direito Ao Esquecimento. Fundamentação Constitucional. Impossibilidade Da Exclusão Dos Registros Constantes Dos Terminais De Institutos De Identificação Criminal. Acórdão Recorrido Em Consonância Com A Jurisprudência Desta Corte. Agravo Regimental Improvido. Agravante: C L Dos S J. Agravado: Ministério Público Do Estado De São Paulo. Relator: Min.Sebastião Reis Júnior, 5 de fevereiro de 2019, DJe 22 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Agravo Regimental no Recurso Especial Nº 1.766.460 - SP (2018/0239857-2)**. Penal. Agravo Regimental No Recurso Especial. Condenações Pretéritas Alcançadas Pelo Período Depurador Do Art. 64, I, Do Código Penal. Configuração De Maus Antecedentes. Possibilidade. Exceção No Caso De Longo Período Decorrido Desde As Condenações. Agravante: Ministério Público Do Estado De São Paulo. Agravado: Augusto César Souza Santiago. Relator: Min.Antonio Saldanha Palheiro, 12 de março de 2019, DJe 21 de março de 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Agravo Regimental no Recurso Especial Nº 1.875.382 - MG (2020/0119085-1)**. Agravo Regimental No Recurso Especial. Penal. Tráfico De Drogas. Maus Antecedentes. Condenações Anteriores. Art. 157, § 2.º, Inciso Ii, C.C. O Art. 14, Inciso Ii, Do Código Penal E Art. 12 Da Lei N. 6.368/1976. Extinção Da Punibilidade Mais De 10 (Dez) Anos Antes Do Novo Fato Delituoso. Direito Ao Esquecimento. Precedentes. Dedicção Às Atividades Criminosas. Aferição. Inviabilidade. Matéria Fático-Probatória. Súmula N. 7 Do STJ. Pleitos Pelo Recrudescimento Do Regime Prisional E Afastamento Da Substituição Da Reprimenda Corporal Por Restritivas De Direitos. Mantido O Quantum Da Pena Privativa De Liberdade, Insubistentes. Agravo Regimental Desprovido. Agravante: Ministério Público Do Estado De Minas Gerais. Agravado: Cléber Queiroz Da Silva. Relatora: Min. Laurita Vaz, 20 de outubro de 2020, DJe 29 de dezembro de 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Agravo Regimental no Recurso Especial Nº 1.875.382 - MG (2020/0119085-1)**. Agravo Regimental No Recurso Especial. Penal. Tráfico De Drogas. Maus Antecedentes. Condenações Anteriores. Art. 157, § 2.º, Inciso II, C.C. O Art. 14, Inciso II, Do Código Penal E Art. 12 Da Lei N. 6.368/1976. Extinção Da Punibilidade Mais De 10 (Dez) Anos Antes Do Novo Fato Delituoso. Direito Ao Esquecimento. Precedentes. Dedicção Às Atividades Criminosas. Aferição. Inviabilidade. Matéria Fático-Probatória. Súmula N. 7 Do STJ. Pleitos Pelo Recrudescimento Do Regime Prisional E Afastamento Da Substituição Da Reprimenda Corporal Por Restritivas De Direitos. Mantido O Quantum Da Pena Privativa De Liberdade, Insustentáveis. Agravo Regimental Desprovido. Agravante: Ministério Público Do Estado De Minas Gerais. Agravado: Cléber Queiroz Da Silva. Relatora: Min. Laurita Vaz, 20 de outubro de 2020, DJe 29 de outubro de 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **AgRg no HABEAS CORPUS Nº 468.970 – SC (2018/0237453-8)**. Agravo Regimental Ministerial no Habeas Corpus. Tráfico de Entorpecentes. Dosimetria. Pena-base acima do mínimo legal. Quantidade não relevante. Valoração afastada. Antecedente muito antigo. Direito ao esquecimento. Duas restritivas De Direitos. Ausência De Fundamentação. Aplicada a opção mais benéfica. Regimental improvido. Agravante: Ministério Público Federal. Agravado: Elias Rudolf (Preso); Adriano Espindola de Souza; Janaina Aparecida Roepcke. Relator: Ministro Nefi Cordeiro, 28 de março de 2019, DJe 5 de abril de 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Habeas Corpus 391.015 / MS (2017/0048107-5)**. Penal. Habeas Corpus. Tráfico de entorpecentes. Condenação. Dosimetria. Causa especial de diminuição de pena prevista no Art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06. Conclusão acerca da dedicação do paciente às atividades criminosas. Condenações anteriores atingidas pelo período depurador. Utilização como maus antecedentes. possibilidade. Longo decurso de tempo. Excepcionalidade. Afastamento da vetorial. feitos em curso. Propensão para o tráfico. Inocorrência. Ordem Concedida. Impetrante: Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul. Impetrado: Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Relatora: Min. Maria Thereza de Assis Moura, 16 de maio de 2017, DJe 24 de maio de 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Habeas Corpus n. 256.210/SP**. Habeas Corpus - Furto Simples Tentado – *Writ* Substitutivo de Recurso Especial – Impropriedade da via eleita - Dosimetria - Art. 59 do Código Penal - Pena-Base Três Vezes Acima Do Mínimo Legal - Desproporcionalidade – Treze condenações transitadas em julgado – Condutas Perpetradas Há 14 Anos Antes Da Prática Do Novo Delito – Direito ao esquecimento – Relativização – Princípio da insignificância – Não aplicação - Novo dimensionamento da pena - Prescrição - Reconhecimento - Habeas Corpus Não Conhecido - Ordem concedida de ofício. impetrante: Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Impetrado: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Relator: Min. Rogerio Schietti Cruz, 3 de dezembro de 2013, 13 de dezembro de 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Habeas Corpus nº 284.307 - SP (2013/0403801-7)**. Habeas Corpus. Roubo Simples. *Writ* Substitutivo. Desvirtuamento. Dosimetria. Pena-base acima do mínimo legal. Proporcionalidade. Dez condenações transitadas em julgado, algumas delas recentes. Direito ao esquecimento. inaplicabilidade. Reincidência. *Bis In Idem*. Inocorrência. Compensação com a atenuante da confissão. Possibilidade. Regime inicial fechado. Impetrante: Defensoria Pública do Estado de São

Paulo. Impetrado: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Relator: Min. Rogerio Schietti Cruz, 12 de agosto de 2014, DJe 26 de agosto de 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Habeas Corpus nº 505.302 - SP (2019/0111721-8)**. Habeas Corpus. Execução penal. Progressão de regime. Indeferimento por falta do requisito subjetivo. Constrangimento ilegal evidenciado. Habeas Corpus concedido. Impetrante: Lucas Alves Azevedo Pazini. Impetrado: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Relator: Min. Rogerio Schietti Cruz, 25 de junho de 2019, DJe 01 de julho de 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Habeas Corpus Nº 422.323 - SP (2017/0279260-3)**. Penal. Habeas Corpus Substitutivo De Recurso Próprio. Inadequação. Revisão Da Pena. Matéria Não Apreciada Pelo Tribunal De Origem. Supressão De Instância. Extinção Da Punibilidade Pelo Implemento Da Prescrição. Direito Ao Esquecimento. Pretensão Punitiva. Não Escoamento Do Prazo. Causa De Aumento De Pena. Consideração Para Referência Temporal. Writ Não Conhecido. Impetrante: Wagner De Carvalho Mendes. Impetrado: Tribunal De Justiça Do Estado De São Paulo. Relator: Min.Ribeiro Dantas, 18 de junho de 2019, DJe 25 de junho de 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Habeas Corpus Nº 511.046 - SP (2019/0142349-8)**. Habeas Corpus. Direito Penal. Tráfico De Drogas. Dosimetria. Majoração Da Pena-Base. Condenação Alcançada Pelo Período Depurador De 05 (Cinco) Anos. Circunstância Judicial Negativa. Maus Antecedentes. Jurisprudência Pacífica Do Superior Tribunal De Justiça. Tema N. 150 Do Regime Da Repercussão Geral Ainda Não Apreciado Pelo Supremo Tribunal Federal. Tese Sobre O Direito Ao Esquecimento Não Formulada Na Inicial. Ausência De Elementos Precisos Sobre A Gravidade Ou Data Da Condenação Anterior Empregada Para Recrudescer A Pena Na Primeira Etapa De Seu Cálculo. Ordem De Habeas Corpus Denegada. Impetrante: Defensoria Pública Do Estado De São Paulo. Impetrado: Tribunal De Justiça Do Estado De São Paulo. Relatora: Min. Laurita Vaz, 18 de agosto de 2020, DJe 2 de setembro de 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Habeas Corpus Nº 547.465 - RJ (2019/0351693-6)**. Habeas Corpus. Direito Penal. Roubo. Individualização Da Pena. Maus Antecedentes. Condenação Que Não Mais Configura Reincidência. Utilização. Possibilidade, Salvo Excepcionais Peculiaridades Do Caso Concreto. Condenação Pretérita Referente A Fato Cometido Há Mais De 11 (Onze) Anos Antes Da Data Do Crime Em Julgamento. Aplicação Da Teoria Do Direito Ao Esquecimento Que Se Mostra Adequada. Pena-Base. Mínimo Legal. Ordem De Habeas Corpus Concedida. Impetrante: Defensoria Pública Do Estado Do Rio De Janeiro. Impetrado: Tribunal De Justiça Do Estado Do Rio De Janeiro. Relatora: Min. Laurita Vaz, 22 de setembro de 2020, DJe 6 de outubro de 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Habeas Corpus Nº 567.164 - SP (2020/0069527-7)**. Habeas Corpus. Tráfico De Drogas. Dosimetria. Maus Antecedentes. Porte De Drogas Para Consumo Próprio. Condenação Por Furto Anterior Muito Antiga. Fins Do Direito Penal. Necessidade Estrita Da Pena. Minorante Prevista No Art. 33, § 4º, Da Lei N. 11.343/2006. Requisitos. Preenchimento. Regime Aberto. Ordem Concedida. Impetrante: Bruno Barros Mendes. Impetrado: Tribunal De Justiça Do Estado De São Paulo. Relator: Min.Rogerio Schietti Cruz, 13 de outubro de 2020, DJe 19 de outubro de 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Habeas Corpus Nº 256.210 - SP (2012/0211150-0)**. Habeas Corpus - Furto Simples Tentado – Writ Substitutivo De Recurso Especial – Impropriedade Da Via Eleita - Dosimetria - Art. 59 Do Código Penal - Pena-Base

Três Vezes Acima Do Mínimo Legal - Desproporcionalidade – Treze Condenações Transitadas Em Julgado – Condutas Perpetradas Há 14 Anos Antes Da Prática Do Novo Delito – Direito Ao Esquecimento – Relativização – Princípio Da Insignificância – Não Aplicação - Novo Dimensionamento Da Pena - Prescrição - Reconhecimento - Habeas Corpus Não Conhecido - Ordem Concedida De Ofício. Impetrante: Defensoria Pública Do Estado De São Paulo. Impetrado: Tribunal De Justiça Do Estado De São Paulo. Relator: Min.Rogério Schietti Cruz, 3 de dezembro de 2013, DJe 13 de dezembro de 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Recurso Especial nº 1.707.948 - RJ (2017/0282003-2)**. Recurso Especial. Ameaça no âmbito da Lei Maria da Penha. Pena exclusiva de multa. Impossibilidade. Art. 17 da Lei n. 11.340/2006. Anotação na FAC do recorrente com trânsito em julgado há mais de 20 anos. Direito ao esquecimento. Afastamento dos maus antecedentes. Recurso Especial provido em parte. Recorrente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Recorrido: L A DE A. Relator: Min. Rogério Schietti Cruz, 10 de abril de 2018, DJe 16 de abril de 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Recurso Especial nº 1.707.948 - RJ (2017/0282003-2)**. Recurso Especial. Ameaça no âmbito da Lei Maria da Penha. Pena exclusiva de multa. Impossibilidade. Art. 17 da Lei n. 11.340/2006. Anotação na FAC do recorrente com trânsito em julgado há mais de 20 anos. Direito ao esquecimento. Afastamento dos maus antecedentes. Recurso Especial provido em parte. Recorrente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Recorrido: L A DE A. Relator: Min. Rogério Schietti Cruz, 10 de abril de 2018, DJe 16 de abril de 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. turma). **Recurso Especial Nº 1.160.440 - MG (2009/0190443-0)**. Recurso Especial. Tráfico De Drogas. Causa Especial De Diminuição De Pena. Maus Antecedentes. Período Depurador. Fração Da Minorante. Fundamentação Concreta. Recurso Não Provido. Recorrente: Ministério Público Do Estado De Minas Gerais. Recorrido: Silvério José De Oliveira. Relator: Min.Rogério Schietti Cruz, 17 de março de 2016, DJe 31 de março de 2016.

CARMONA, Paulo Afonso; CARMONA, Flávia. A aplicação do direito ao esquecimento aos agentes delitivos: uma análise acerca da ponderação entre o direito à imagem e as liberdades de expressão e informação. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. 2017.

CASSOL, Luiza de Bairros. **O direito ao esquecimento na era da sociedade da informação**: reflexos oriundos do enunciado 531 da “vi jornada de direito civil brasileira”. 2015. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2015.

CASSOL, Luiza de Bairros. **O direito ao esquecimento na era da sociedade da informação**: reflexos oriundos do enunciado 531 da “vi jornada de direito civil brasileira”. 2015. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2015.

CRUZ, Marco Aurélio Rodrigues da Cunha e; AMORIM, Heica Souza. O direito ao esquecimento e sua perspectiva de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal. **Revista Brasileira de Direito Civil em Perspectiva**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 80–102, jan./jun. 2018. CUEVA, Ricardo Villas Bôas. Evolução do Direito ao esquecimento no judiciário. In: SALOMÃO, Luis Felipe; TARTUCE, Flávio (Coord.). **Direito Civil**: diálogos entre a

doutrina e a jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2018. p. 83-99.

JÚDICE, Mônica Pimenta. **Robert Alexy e a sua teoria sobre os princípios e regras.** Consultor Jurídico. 2007. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2007-mar-02/robert_alexey_teorias_principios_regras?pagina=4. Acesso em: 20 abr. 2020.

LEITE, Flávia Piva Almeida; RODRIGUES, Monica Walter. Esquecimento e memória na sociedade da informação. **Revista Thesis Juris – RTJ**, São Paulo, V. 5, N.1, pp. 97-117, jan.-abr. 2016. Disponível em: http://www.revistartj.org.br/ojs/index.php/rtj/article/view/298/pdf_1. Acesso em: 22 abr. 2020.

MALDONADO, Viviane Nóbrega. **Direito ao Esquecimento.** 2017.

MIRAGEM, Bruno. **Direito Civil: Responsabilidade Civil.** São Paulo: Saraiva, 2015. Não Escoamento Do Prazo. Pretensão Executória. Não Deflagração, Porquanto Em Execução Penal. Recurso Não Provido. Recorrente: Ney Zippin Tuber. Recorrido: Ministério Público Do Estado Do Rio De Janeiro. Relator: Min.Ribeiro Dantas, 11 de junho de 2019, DJe 18 de junho 2019.

NUNES, Giullia Eckert; SANTOS, Dailor dos; MARTINI, Sandra Regina. O direito ao esquecimento frente à sociedade da informação. **Revista Conhecimento Online**, Novo Hamburgo, v. 1, p. 109-132, jan. 2020. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/article/view/1877>. Acesso em: 23 abr. 2020.

OST, François. **O Tempo do direito.** Tradução Élcio Fernandes. Bauru, SP: Edusc, 2005.

PAIVA, Maysa de Paula. **Análise do direito ao esquecimento ante os direitos da personalidade.** São Paulo: 2019. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/Direito/article/view/8280/67649367> Acesso em: 22 abr. 2020.

PASSOS, Giovanna Costa. **Direito ao esquecimento: uma análise da jurisprudência dos tribunais superiores sobre o embate entre a liberdade de expressão e a privacidade no mundo digital.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <http://eds.a.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=1&sid=43a2376b-c38d-4e92-9647-3aa67f7284e4%40sessionmgr4008&bdata=Jmxhbmc9cHQYnImc2l0ZT1lZHMtbGl2ZQ%3d%3d#AN=uniceub.prefix.13398&db=ir00635a>. Acesso em: 22 abr. 2020.

SIERRA, Joana de Souza. **Um estudo de caso: o direito ao esquecimento contra a liberdade de imprensa.** Florianópolis: 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/117152/Monografia%20-%20Joana%20Sierra.pdf?sequence=1&isAllowed=y%20-%20https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/117152>. Acesso em: 22 abr. 2020.

VIEIRA, J. R.; ANDRADE, M. C. DA S.; VASCONCELOS, V. J. G. Do esquecimento à desindexação: a evolução internacional da controvérsia sobre o direito ao esquecimento e as

limitações da jurisprudência brasileira. **Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL]**, v. 20, n. 2, p. 397-418, 12 dez. 2019. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/20099>. Acesso em: 22 abr. 2020.

ZALMO de, Araújo. **O direito ao esquecimento frente às garantias constitucionais em confronto com a liberdade de informação e expressão**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Disponível em: <http://eds.a.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=7&sid=adc7cf2c-ac2c-49ec-b2d8-b955b9dec6c2%40sdc-v-sessmgr02&bdata=Jmxhbm9cHQtYnImc2l0ZT1lZHMtbGl2ZQ%3d%3d#AN=edsbas.E7A1AC56&db=edsbas>. Acesso em: 22 abr. 2020.